REPORTAGEM

Organizações lançam carta defendendo projeto que regula mercados digitais

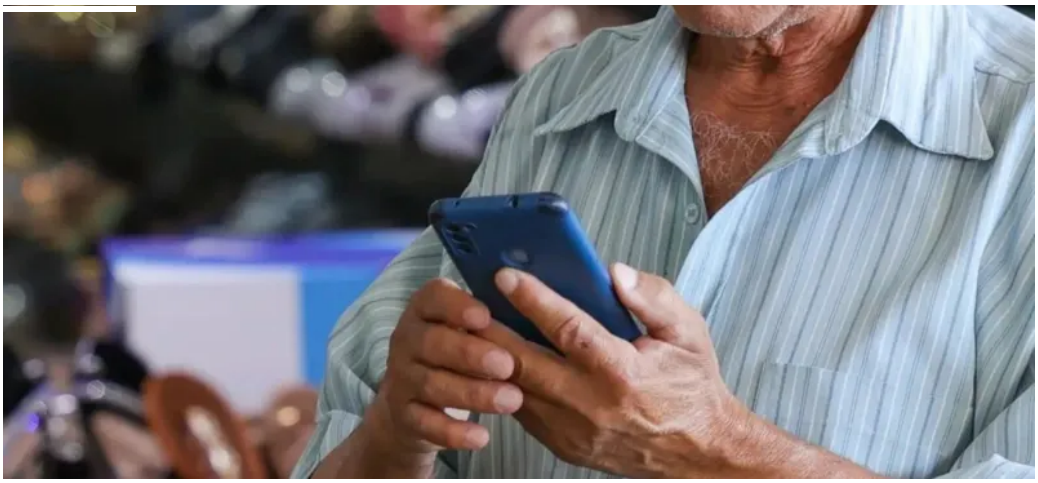
Do outro lado, deputados alinhados às empresas de tecnologia espalham narrativa que PL 4.675 é "censura 2.0"

12 de novembro de 2026
19:14

Por Aline Melo

Faça da Pública sua fonte preferida

Nos adicione como **fonte preferencial** no Google.



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

EMPRESAS TECNOLOGIA

big techs *política* *redes sociais* *tecnologia*

A regulamentação dos mercados digitais no Brasil, os chamados Marketplaces, está em disputa. De um lado, empresas e organizações sociais lançam uma carta que defende a aprovação do Projeto de Lei 4.675/2025. A proposta cria regras para ampliar a transparência e fiscalizar a concorrência nesses ambientes, incluindo a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, criando uma superintendência específica para avaliar os negócios digitais. A carta deve ser divulgada nos próximos dias, após uma reunião convocada pelo Governo Federal, por meio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), com representantes desses grupos para alinhar estratégias para

das Big Techs, que o associa ao aumento do controle estatal sobre a internet. A estratégia reproduz argumentos utilizados em outras discussões sobre regulação no Brasil, como ocorreu durante a tramitação do PL das Fake News, e chama o projeto de "PL da censura".

A proposta teve origem no Governo Federal, a partir de trabalhos do Ministério da Fazenda e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e recebeu um substitutivo apresentado pelo deputado Aliel Machado (PV-PR) em agosto deste ano.

O argumento pela regulamentação dos mercados digitais

Na avaliação de Rafael Zanatta, diretor executivo da Data Privacy Brasil — uma das organizações envolvidas na carta em defesa do 4.675/2025 —, a regulação pode beneficiar especialmente startups, desenvolvedores independentes, varejistas e empresas brasileiras que dependem de grandes plataformas para oferecer seus produtos e serviços.

"Esse PL está trazendo um ambiente digital mais competitivo, mais transparente, melhor para startups,

Um dos exemplos citados pelo diretor da Data Privacy é o controle da Apple sobre a loja de aplicativos do sistema iOS e as restrições impostas a desenvolvedores quanto aos meios de pagamento. Para Zanatta, a possibilidade de utilizar alternativas, como o Pix, e de reduzir taxas de intermediação pode ampliar a concorrência e diminuir custos para empresas e consumidores.

Zanatta critica a repercussão de que a proposta reproduziria modelos autoritários de controle estatal. “O Partido Novo fala que esse seria um projeto do governo para aumentar poderes, instituir censura e controle na vida do cidadão. Esse projeto não tem nada a ver com moderação de conteúdo, não tem nada a ver com controlar a vida das pessoas. Estão falando que o PL é inspirado nas ‘ditaduras’ da China e Cuba”, afirma.

Na realidade, a proposta brasileira tem como referência experiências regulatórias adotadas em democracias europeias, especialmente o Digital Markets Act (DMA), legislação da União Europeia em vigor desde 2023. A norma estabelece obrigações para grandes plataformas digitais classificadas como controladoras de acesso (gatekeepers), com o objetivo de tornar os mercados digitais mais competitivos e impedir práticas comerciais

utilizarem sistemas de pagamento alternativos nas lojas de aplicativos.

ASSINE NOSSAS NEWSLETTERS

ASSINAR →

O projeto brasileiro também prevê instrumentos de atuação preventiva do Cade sobre grandes grupos econômicos, com obrigações específicas voltadas à proteção da concorrência. Embora existam diferenças entre os dois modelos, ambos tratam da regulação econômica de mercados digitais e da limitação do poder de grandes plataformas, não do controle sobre conteúdos ou opiniões publicados por usuários.

"O PL 4675 protege o Pix, protege infraestruturas públicas digitais e protege que empresas brasileiras possam surgir e crescer sem serem limadas desse processo, ou mesmo compradas", acrescenta.

Segundo Zanatta, o projeto também daria ao Cade instrumentos para impedir ou reverter operações de fusão e aquisição que possam prejudicar a concorrência,

exemplos hipotéticos uma eventual aquisição do Submarino pelo Google ou da Magazine Luiza pela Amazon.

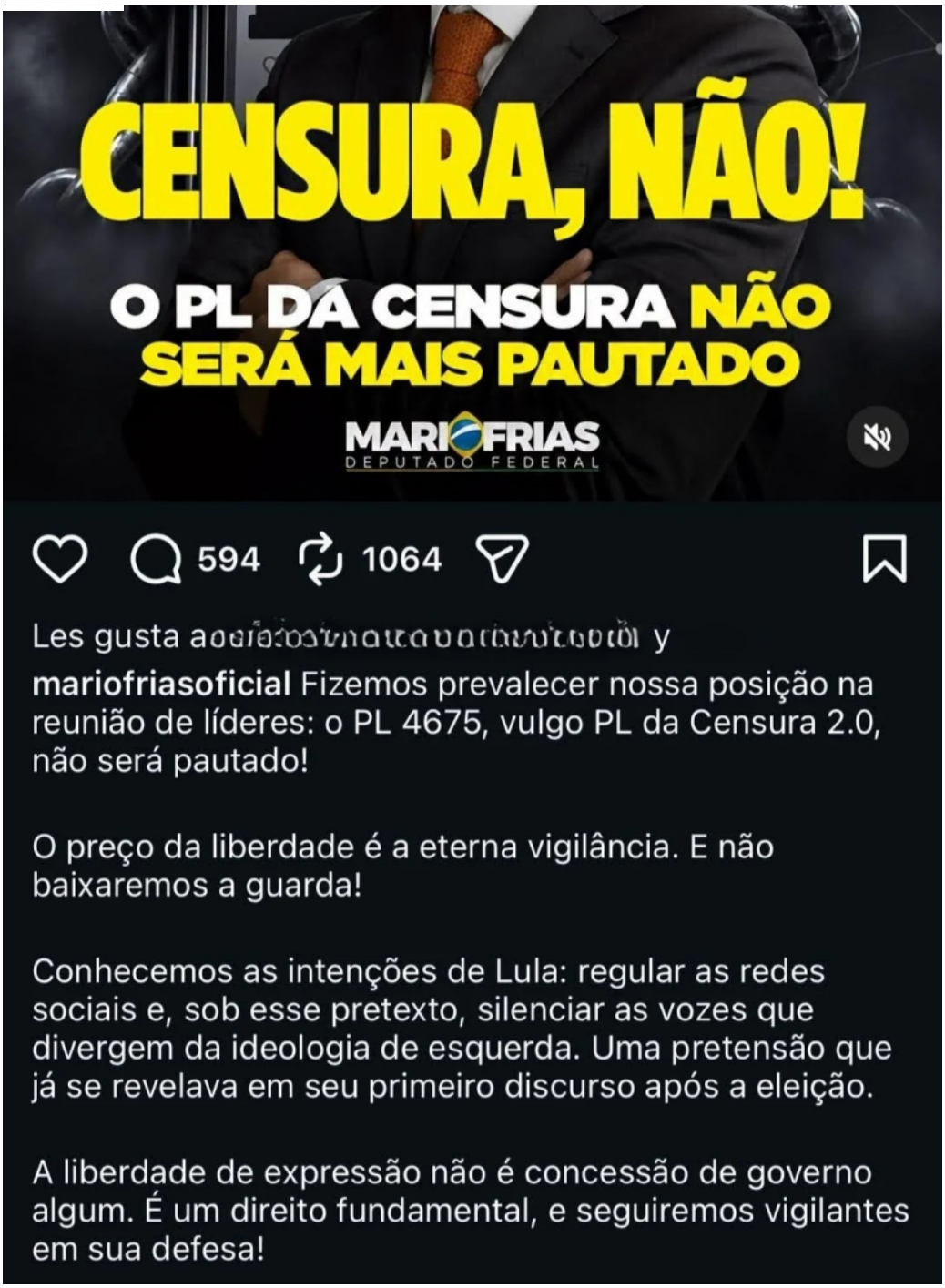
Além da Data Privacy Brasil, participaram da articulação da carta organizações como Artigo 19, Ctrl+Z e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), e empresas privadas e associações como Wellhub, multinacional do ramo de saúde e fitness, Renner, empresa brasileira de moda, Best Rates, aplicativo de comparação de taxas de câmbio, Associação Brasileira de Instituições de Pagamento (ABIPAG) e Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). A Coalition for App Fairness (CAF), coalizão internacional de empresas de tecnologia que reúne, entre outras, Spotify, Proton e Epic Games, também participou da reunião.

Críticos ao projeto resgatam narrativas de censura

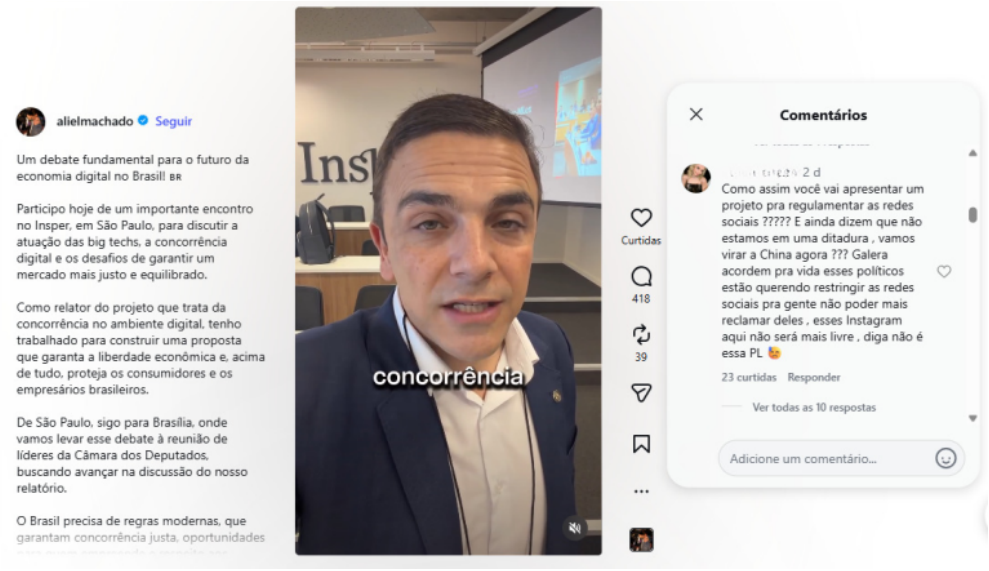
Em publicação nas redes no dia 11 de novembro, o deputado federal Mario Frias (PL-SP) chamou o (PL) 4.675/2025 de “PL da Censura 2.0” e afirmou que o governo pretendia silenciar vozes divergentes da esquerda por meio da regulação das redes sociais. O Partido Novo também publicou um texto intitulado “PL do Apocalipse

repercutido por Nikolas Ferreira em suas redes sociais.

Outro exemplo é o do deputado estadual Lucas Bove (PL-SP), que publicou um vídeo no Instagram comemorando o adiamento da votação. Na gravação, o parlamentar afirmou que “eles queriam te calar, não conseguiram” e atribuiu a não inclusão do projeto na pauta à mobilização de pessoas contrárias à proposta, que, segundo ele, se recusaram a ficar em silêncio. Bove também chamou o texto de “PL da censura” e convocou seus seguidores a compartilharem o vídeo como forma de defender a liberdade de expressão.



O próprio relator, o deputado Aliel Machado, passou a receber pressão nas redes sociais. A publicação em vídeo feita por ele após a reunião com representantes do



O lobby financiado pelas Big Techs contra-ataca

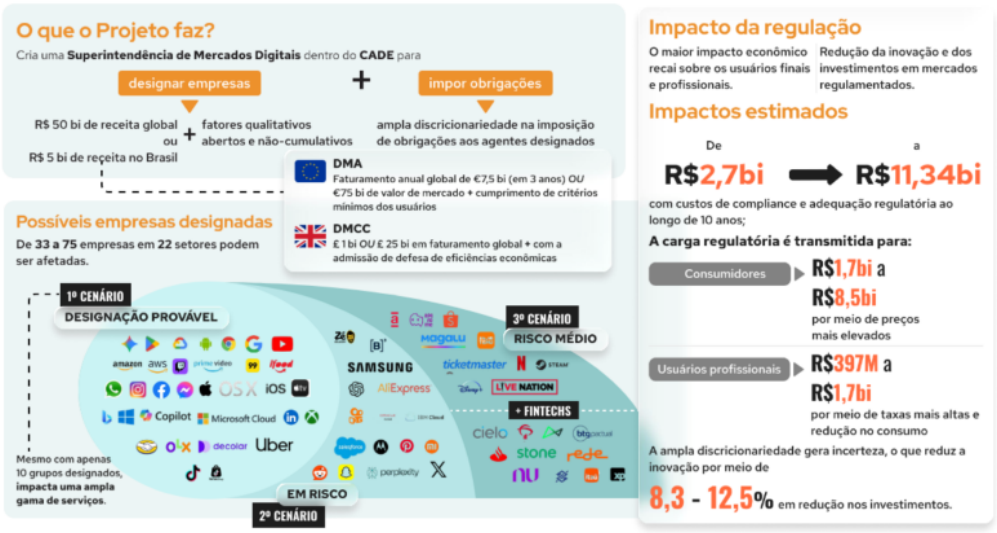
Um estudo de impacto econômico encomendado pela Associação Latino-Americana de Internet (ALAI) à ECOA Consultoria Econômica estima que os custos diretos de adequação regulatória das plataformas potencialmente atingidas pelo PL 4675 podem variar entre R$ 2,76 bilhões e R$ 11,34 bilhões ao longo de dez anos. A variação depende do número de grupos econômicos designados e dos custos de conformidade considerados nos diferentes cenários do levantamento. A Alai é uma associação empresarial criada em 2015, em Montevidéu, que representa grandes empresas de tecnologia, entre elas Amazon, Google, Meta, TikTok, Mercado Livre e Airbnb.

Na série "A mão invisível das Big Techs", a **Pública** revelou como a entidade faz parte da estrutura de articulação política das big techs na América Latina, com atuação junto a parlamentares, governos e órgãos reguladores para influenciar debates legislativos e defender interesses comerciais de suas associadas. As empresas pagam contribuições anuais de até 50 mil dólares para integrar a associação, que registrou receitas superiores a 1 milhão de dólares em 2023.

O relatório afirma que a conta não vai ser absorvida pelas Big Techs, mas vai cair no colo dos consumidores finais, que absorveriam entre 58% e 80% desse ônus econômico, por meio de aumentos de preços e redução da disponibilidade de produtos e serviços. Usuários profissionais, como vendedores, prestadores de serviços e anunciantes que dependem das plataformas, arcariam com outros 14% a 19%, principalmente por meio de taxas e comissões mais elevadas.

O levantamento também projeta uma redução de 8,3% a 12,5% nos investimentos em inovação, associada ao aumento das exigências burocráticas e da incerteza regulatória. Em outro exercício, os pesquisadores estimam que atrasos de seis meses a um ano no lançamento de

O relatório critica ainda a ausência de mecanismos formais de defesa baseada em eficiências e de um ciclo obrigatório de revisão periódica da regulação. Os pesquisadores também questionam os critérios de designação de agentes regulados, que combinam limites de faturamento com fatores qualitativos considerados abertos e não cumulativos.



Edição: Natalia Viana

Conheça a LOJINHA DA PÚBLICA

Pública 15anos APOIE



ENTRE EM CONTATO



Aline Melo

Leia mais deste autor

LEIA DE GRAÇA, RETRIBUA COM UMA

Últimas Investigações Podcasts Compartilhe

Publica 15anos

APOIE

ricos.

É por isso que seu apoio é essencial. Com ele, podemos continuar enfrentando poderosos e defendendo os direitos humanos. Escolha como contribuir e seja parte dessa mudança.

Junte-se agora a essa luta!

PONTUAL

MENSAL

ANUAL

R$ 25 R$ 50 R$ 100

R$ 250 R$ 500 Outro valor

QUERO APOIAR

PayPal pix contato@apubl

Últimas Investigações Podcasts Compartilhe

Publica 15anos

APOIE

FIQUE POR DENTRO

ASSINAR →

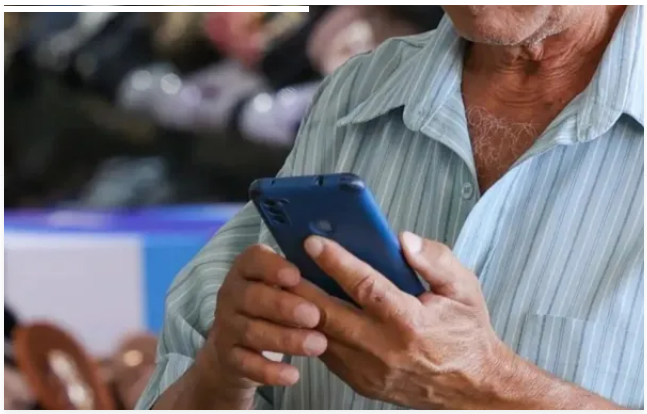
ARTIGOS MAIS RECENTES

Últimas

Investigações

Podcasts

Compartilhe



REPORTAGEM EMPRESAS TECNOLOGIA

Organizações lançam carta defendendo projeto que regula mercados digitais

12 de novembro de 2026 | Por Aline Melo

Do outro lado, deputados alinhados às empresas de tecnologia espalham narrativa que PL 4.675 é "censura 2.0"



REPORTAGEM PODER SOCIOAMBIENTAL

Na semana da COP31, Tarcísio nomeia Ricardo Salles para o governo de São Paulo

11 de novembro de 2026 | Por Bruno Fonseca

Ex-ministro do Meio Ambiente é réu em processo sobre contrabando de madeira; nomeação foi acordo eleitoral

Veículo comprometido com o público

11/11

Projor

Site desenvolvido por

We eat breakfast
Baba's projects
http://www.Babasprojects.com

terra